



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 07/2023
Adesão à Ata n.º 02/2023

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº 041/2021/SEDUC, registrada pela Secretaria de Estado da Educação SEDUC- Estado de Mato Grosso, para eventual contratação de empresa capacitada, que sob demanda, prestará serviços comuns de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, para fornecimento de parecer jurídico conforme o parágrafo único, do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A licitação de adesão foi iniciada para atender pedido formulado pela Secretaria Municipal de Educação, Sra. Rosimar Helena Rodrigues.

O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou que fossem tomadas as providências necessárias para a abertura do processo licitatório.

Estão anexados no processo a cópia do Edital, Ata de Registro de Preços e Ofícios solicitando a adesão, respostas positivas do órgão gerenciador SEDUC e da contratada AMI CONSTRUÇÕES EIRELLI documentos referentes à permanência da situação cadastral da fornecedora e orçamentos apresentados por empresas do ramo.

A contadoria da prefeitura informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da adesão.

Sendo o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

O artigo nº 191, da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 7.892/2013, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do Art. 22, caput, do Decreto n.º 7.892/2013.

Portanto, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.:

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que seja atendido o requisito de respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso



em tela, o prazo se exauriu em 10 de fevereiro de 2023, consoante se verifica na extrato de publicação do Aviso de Adjudicação e Homologação efetivado no Diário Oficial nº 28.174 de 10 de fevereiro de 2022.


Com relação à minuta do Termo de Contrato anexada, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

CONCLUSÃO:

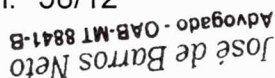
Portanto, verificado que o artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria Lei nº 8.666/1993, o parecer é contrário ao prosseguimento da presente licitação de adesão à ata. .

S.M.J.

Porto Esperidião, 10 de fevereiro de 2023.


José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B

Portaria n.º 58/12


José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B